



FATORES GEOPOLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

Lewis A. Tambs

O autor deste artigo, enviado especialmente para publicação em A DEFESA NACIONAL, é professor da Arizona State University, de Tempe, Arizona. Escreveu em 1964 um estudo que intitulou "Geopolitical Factors in Latin America" publicado no livro "Latin America: Politics, Economics and Hemisphere Security", coordenado por Norman A. Bailey e editado pela Editora Praeger, de Nova York, em 1965. O presente artigo é uma atualização, para 1978, dos conceitos expressos no artigo anterior. Para o leitor sul-americano, que saberá corrigir ou relevar algumas colocações discutíveis do autor, o artigo tem o valor de mostrar como são vistos, nos Estados Unidos, por pessoas estudiosas, alguns problemas cruciais do desenvolvimento das nações latino-americanas e lhe permitirá extrair suas próprias conclusões sobre as teses do autor.

Passam os presidentes e os políticos; os imperativos geográficos e as aspirações nacionais são constantes. Nos quatorze anos que se seguiram à apresentação que fiz, em julho de 1964, de um estudo sobre "Fatores Geopolíticos na AMÉRICA LATINA", ao Centro de Estudos Estratégicos da Universidade de GEORGETOWN, na Cidade de WASHINGTON, D.C., aquele truísmo mostrou-se sempre verdadeiro.¹

O documento inicial postulou a presença de dois grandes pólos estratégicos da AMÉRICA LATINA: o nexos andino do "macizo boliviano" e o mar fechado do CARIBE. Ampliando estudos do brasileiro MARIO TRAVASSOS e do boliviano JAI-ME MENDOZA, a tese apresentou o conceito da região de CHARCAS como "heartland". Abarcando mais ou menos a área da atual BOLÍVIA, esta região central controla as cabeceiras dos dois maiores sistemas hidrográficos da AMÉRICA DO SUL e o Rio da Prata; é atravessada por duas rotas transcontinentais — BUENOS AIRES/LIMA e SANTOS/ARICA — ambas diretas e diagonais. Tal como o "hear-

tland" eurasiático de MACKINDER, CHARCAS está a salvo de ações providas do mar, é rica em recursos naturais e dispõe-se em posição central.

Aquele estudo continha ainda uma segunda tese: a de que "a ARGENTINA e o BRASIL estão engajados em uma titânica batalha econômica, demográfica e diplomática pela hegemonia da AMÉRICA DO SUL".

Foram imediatas as reações à tese de CHARCAS. Em 1965, ROLF HINDER, redator do "*Zeitschrift für Geopolitik*", anunciava a formulação de uma nova teoria sobre o "heartland". Dois anos depois, o brasileiro GOLBERY DO COUTO E SILVA afirmava que a BOLÍVIA, o PARAGUAI, RONDÔNIA e MATO GROSSO constituíam a união dos setores geopolíticos da AMÉRICA DO SUL. Em 1969, o boliviano RAUL BOTELHO GONSALVES chamava a atenção de seus conterrâneos para a situação estratégica de seu país, ao mesmo tempo em que o argentino JUAN E. GUGLIAMELLI repetidamente reconhecia a validade da tese da permanente confrontação entre as AMÉRICAS Portuguesa e Espanhola.²

Entretanto, ainda que a geografia tenha influência sobre os povos e a política, é o homem quem faz a História. Como prevê no estudo original, os comunistas, tendo se apossado de CUBA, a chave do MEDITERRÂNEO DO NOVO MUNDO, em seguida procurariam se apossar do eixo das AMÉRICAS. A BOLÍVIA iria servir como foco de uma revolução continental. Concentrando-se em CAMIRI, ERNESTO "Che" GUEVARA encetou uma campanha para a conquista de CHARCAS. Todavia, apesar de adotar uma estratégia correta, a tática e a tecnologia foram lastimáveis. A contra-insurreição, apoiada pelos ESTADOS UNIDOS, e o nacionalismo boliviano combinaram-se para frustrar as guerrilhas de GUEVARA e este pagou o preço da derrota em 1967.

Este mesmo ano assinalou, para o BRASIL, o início de um período de sete anos de crescimento econômico-industrial sem precedentes. Os militares revolucionários brasileiros, ao contrário de outros países, já tinham um plano ao chegar ao poder. Orientados por um grupo de intelectuais militares e em íntima ligação com diplomatas e tecnocratas civis, que cursaram a Escola Superior de Guerra (ESG), as Forças Armadas impulsionaram o BRASIL para o "status" de superestado.

Os Presidentes militares brasileiros, HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO (1964/67), ARTUR DA COSTA E SILVA (1967/69), EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969/74) e ERNESTO GEISEL (1974 aos dias atuais), baseados na característica essencialmente ocidental e cristã do BRASIL e convencidos de que a estabilidade internacional é básica para o desenvolvimento brasileiro, abandonaram a prematura política externa independente, de Terceiro Mundo, dos presidentes JÂNIO QUADROS (1961) e JOÃO GOULART (1961/64) e alinharam-se francamente à potência dominante, os ESTADOS UNIDOS.

Todavia, a ESG e o ITAMARATI tinham, para o BRASIL, uma visão mais ampla do que a de simples estado associado a uma potência mundial. Tendo estabelecido o ano 2001 como o ano de emergência do BRASIL como superestado, os Ministros da Fazenda, ROBERTO CAMPOS (1964/1967), DELFIM NETO (1967/1974) e MÁRIO SIMONSEN (1974 aos dias atuais), elaboraram um progra-

ma que formaria a base de uma moderna sociedade industrial. Ao rejeitar o redistribuimento romântico e estabilizar a situação social, deram início a um plano de formação de capitais ao estimular a poupança e o lucro, conter a alta de salários e encorajar o investimento externo. Assim os positivistas militares brasileiros conseguiram acelerar a industrialização, assimilar tecnologia e expandir as exportações de produtos agrícolas e manufaturados, fazendo com que, de 1968 a 1974, o BRASIL apresentasse um dos índices mais elevados de crescimento econômico no Mundo de pós-guerra.³

Ademais, o Ministro dos Transportes, MÁRIO ANDREAZZA (1967/1974), seguindo princípios geopolíticos, continentalizou e colonizou o País ao construir extensa rede rodoviária. Tudo foi feito sem sacrifício da elite agrícola que, ao contrário, foi induzida a expandir-se juntamente com o setor industrial.

Os ESTADOS UNIDOS, a EUROPA OCIDENTAL e o JAPÃO reagiram favoravelmente ao modelo brasileiro. Empréstimos, subsídios, investimentos e tecnologia abundaram para a AMÉRICA portuguesa. Depois de reconhecer a afinidade brasileiro-americana, o Presidente NIXON, em dezembro de 1971, por ocasião da visita do Presidente MÉDICI a WASHINGTON, proclamava que o BRASIL era o líder natural da América Latina.

O Secretário de Estado HENRY KISSINGER (1969/1977) foi ainda mais longe. Diante do impasse nuclear e aparentemente sentindo a pouca disposição norte-americana de usar a força e face ao concomitante declínio da posição militar dos ESTADOS UNIDOS em relação à UNIÃO SOVIÉTICA, procurou transformar a confrontação da Guerra Fria em uma competição ideológica, industrial e tecnológica. Neste tipo de confronto, certamente os EUA levariam a melhor. Ademais, iria empenhar o mundo multipolar que surgia do equilíbrio de terror atômico, em lugar da bipolarização do pós-guerra. Com realismo, KISSINGER destacou quatro nações com que os EUA cooperariam intimamente e que atuariam como centros de estabilidade em suas respectivas áreas: o JAPÃO, na ÁSIA ORIENTAL, o IRÃ, no ORIENTE MÉDIO, a REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, na EUROPA OCIDENTAL e o BRASIL, na AMÉRICA DO SUL.

Mas, infelizmente, a UNIÃO SOVIÉTICA não seguiu tal orientação. Ao rejeitar o plano de jogo industrial-tecnológico-ideológico e adotando a "détente" como disfarce, a URSS continuou sua política colonialista de penetração nos domínios do império econômico norte-americano. Para isso, usa suas armas mais eficazes: a agitação e a subversão.

Logo após a 2ª Guerra Mundial, os ESTADOS UNIDOS tentaram soffrear as ambições soviéticas com a Doutrina da Contenção, de GEORGE KENNAN. Mas aquela contenção era, basicamente, defensiva. A iniciativa passou aos soviéticos.

Infiltrando-se no fechado sistema de alianças erigido na Fimbría Eurasiana e no Crescente Interno pela Doutrina da Contenção — em sua essência, uma atualização da tese de Sir HALFORD MACKINDER do poder terrestre versus o poder marítimo — os russos começaram a apoiar as guerras de "libertação nacional" e a fomentar a subversão. Ao mesmo tempo, ignorando os protestos de seu

povo consumidor, os comunistas concentraram os vastos recursos na área-pivô eurasiática, na produção de armas nucleares e no desenvolvimento da tecnologia espacial.

Em uma década, iriam eles quase que atingir a paridade. A guerra atômica tornou-se fora de cogitações. Os artefatos nucleares e os mísseis balísticos intercontinentais não eram operacionais. E o Mundo voltara, ainda que temporariamente, aos clássicos conceitos geopolíticos. Tendo estudado e assimilado Sir HAROLD MACKINDER, o General KARL HAUSHOFER e o Almirante ALFRED THAYER MAHAN, os russos, particularmente o Marechal-de-Campo V. P. SOKOLOVSKY e o Almirante SERGI J. GORSHKOV, optaram por uma grandiosa aventura.

Os possuidores do "heartland" eurasiático iriam desafiar os Povos Oceânicos dos Crescentes Interno e Insular da tese MACKINDER-KENNAN. Passaram a ser objetivos primordiais da política soviética a construção de uma armada de alto-mar e o controle das terras litorâneas do Globo.

Por volta de 1959, os russos já se haviam imiscuído em quatorze grandes pontos de estrangulamento marítimo: cinco mares interiores: Mar da CHINA MERIDIONAL, MEDITERRÂNEO, Mar do NORTE, Mar da NORUEGA e o CARIBE; dois canais interoceânicos: SUEZ e PANAMÁ, e sete pontos críticos de passagem: Estreito de MÁLAGA, SRI-LANKA (CEILÃO), Chifre da ÁFRICA, Canal de MOÇAMBIQUE, Cabo da BOA ESPERANÇA, GIBRALTAR e Estreito de MAGALHÃES.

Diante da subversão, da insurreição e do poderio marítimo soviético, os ESTADOS UNIDOS reagiram. CUBA, em 1962, foi posta de quarentena e eliminadas uma série de golpes de FIDEL CASTRO na orla do CARIBE. Com intervenção militar, foi contida em 1965, uma revolução na REPÚBLICA DOMINICANA que ameaçava a principal rota que, pela Passagem de MONA, leva o petróleo da VENEZUELA para os EUA. Ocupou a ilha uma Força Interamericana de Paz, composta de fuzileiros navais norte-americanos e uma Brigada Latino-Americana, sob o comando do notável geopolítico brasileiro CARLOS DE MEIRA MATTOS. A participação brasileira foi de importância capital, pois, ao anunciar a adesão de seu país àquela operação, o Presidente CASTELO BRANCO expressava oficialmente pela primeira vez, o conceito de fronteiras brasileiras ideológicas. Um ponto de vista de notáveis conseqüências futuras.

Na BOLÍVIA, os guerrilheiros de GUEVARA eram sufocados em 1967. Em 1971, outro desafio esquerdista em CHARCAS terminou com a queda do General JUAN JOSÉ TORRES.

Em fins de 1972, os Tupamaros uruguaios tinham sido abatidos e, no ano seguinte, a ameaça ao Estreito de MAGALHÃES era eliminada com a derrubada da FRAP e de SALVADOR ALLENDE no CHILE.

No Sudeste Asiático, no entanto, os norte-americanos e seus aliados não foram tão bem sucedidos.

Os Presidentes JOHN KENNEDY e LYNDON JOHNSON, de acordo com a Organização do Tratado do Sudeste Asiático e a pedido do Governo do VIETNAME

DO SUL, incrementaram o auxílio militar àquela área, no afã de conter a expansão comunista e manter o controle do Mar da CHINA MERIDIONAL. Em 1965, foram empregadas, em valor crescente, forças terrestres, aéreas e navais.

A condução da luta estava quase toda nas mãos do Presidente JOHNSON e seu Secretário de Defesa, ROBERT MACNAMARA. Rejeitando a opinião dos altos comandos militares, MACNAMARA e seus assessores civis (os "tais"), que não compreendiam a essência da guerra — impor nossa vontade ao inimigo — confiaram demais na tecnologia e, assim, esposaram uma política de escalada gradual e de volumoso armamento contra os norte-vietnamitas apoiados por MOSCOU. A guerra foi perdida no Rio POTOMAC, não no MEKONG. Venceram os princípios maoístas da guerra do povo, de que o homem pode suplantar a máquina e de que os ESTADOS UNIDOS eram um tigre de papel.

Destarte, SAIGON caiu em 11 de março de 1975, apesar dos últimos esforços do Governo NIXON de impedir o apoio russo, invadindo o CAMBOJA, bloqueando o porto de HAIPHONG e empregando os elementos nacionalistas do VIETNAME DO SUL.

As pedras do dominó começavam a vacilar. Caíram o VIETNAME, o CAMBOJA e o LAOS. Em abril, tremiam PORTUGAL, ESPANHA e MARROCOS, afetados pelo Plano ORAN de 1974, da UNIÃO SOVIÉTICA. MOÇAMBIQUE e ANGOLA sucubiram. OS ESTADOS UNIDOS assistiam inermes, paralisados que estavam por sua incapacidade de impor a democracia wilsoniana na INDOCHINA, contidos pelo fracasso da máquina e divididos pela defecção de seus intelectuais. Os aliados dos EUA — JAPÃO, IRÃ, ALEMANHA OCIDENTAL e BRASIL — ao sentirem a crise metafísica, trataram de se pôr a salvo.

Outros velhos amigos — CORÉIA DO SUL, FORMOSA, ISRAEL e ÁFRICA DO SUL, chamados de estados-párias — sentindo o futuro abandono, mais cedo ou mais tarde, por parte dos EUA, adotaram desesperadas medidas defensivas: a opção nuclear ou a aliança com a UNIÃO SOVIÉTICA.

O BRASIL, que firmemente apoiara os ESTADOS UNIDOS nas duas guerras mundiais e que, desde 1964, pôs-se ao lado destes na Guerra Fria, começava a questionar a atitude norte-americana.⁶ As condições econômicas adversas apressaram a ruptura. Já enfraquecido pela crise do petróleo em 1973 e pela simultânea desaceleração do ímpeto de sua economia, o BRASIL via-se diante do desastre, já que dependia muito do petróleo importado e tinha as vias de transporte desse petróleo postas em perigo pelas forças adversas em MOÇAMBIQUE e ANGOLA.

O florescente comércio marítimo do BRASIL com o JAPÃO, já ameaçado pela determinação norte-americana de entregar o Canal do PANAMÁ ao castrista OMAR TORRIJOS, mais perigava ao ver FORMOSA inclinar-se para a RÚSSIA em face da reaproximação de WASHINGTON com PEQUIM. O equilíbrio de forças no Mar da CHINA MERIDIONAL começava a desfazer-se com a prometida retirada norte-americana da CORÉIA DO SUL. Para o BRASIL, qualquer ameaça a seu comércio de ultramar é extremamente séria; por tudo isso, começou a afastar-se dos ESTADOS UNIDOS.

Outros golpes seguiram-se. Em MANILHA, na reunião do Fundo Monetário Internacional em outubro de 1976, DAVID ROCKEFELLER, do Chase MANHATTAN BANK (um dos maiores credores do BRASIL), criticou a política monetária do Ministro SIMONSEN e "recomendou uma acentuada redução nos ambiciosos programas brasileiros de desenvolvimento".

Em seguida, os Presidentes GERALD FORD e JIMMY CARTER tentaram impedir o Acordo Nuclear de 1975 entre o BRASIL e a ALEMANHA OCIDENTAL, acordo que dotará o BRASIL de oito usinas atômicas para suplementar o caro petróleo importado e as atuais e projetadas usinas hidrelétricas. Apesar da recusa alemã em ceder, decresceu, ainda mais, a confiança de brasileiros e alemães na liderança norte-americana. Recebeu-se, ainda, que os ESTADOS UNIDOS e a UNIÃO SOVIÉTICA estivessem procurando, secretamente, manter a hegemonia nuclear.

O término da aliança do BRASIL com os ESTADOS UNIDOS ocorreu em março de 1977, já então enfraquecida pela crise energética e os conseqüentes problemas do balanço de pagamentos e agravada pelas perdas norte-americanas no Sudeste Asiático, na GUINÉ, em MOÇAMBIQUE e em ANGOLA em 1975. Recusando-se a aliar-se a uma potência em declínio, o BRASIL declarou-se independente. O Governo Brasileiro, contrapondo-se ao que considerou uma intromissão em assuntos de política interna, rejeitou um auxílio militar norte-americano de 50 milhões de dólares porque este ligava-se a um relatório sobre a situação dos direitos humanos no BRASIL. O BRASIL denunciou, unilateralmente, o acordo de defesa mútua em 1952.

Destarte, ainda que aceitando o capital e a tecnologia norte-americanos, o BRASIL não mais acata a liderança dos EUA nos assuntos mundiais; ao contrário, alinhou-se com o JAPÃO, o IRÃ e a REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, as outras três potências emergentes no novo mundo multipolar.

A declaração de independência brasileira para com os ESTADOS UNIDOS foi acompanhada de intensa ofensiva econômica e diplomática na ÁFRICA, na ANTÁRTICA e na AMÉRICA DO SUL.

Diante dos perigos que corriam as rotas de transporte do petróleo proveniente do IRÃ, pelo Cabo da BOA ESPERANÇA, e buscando manter algo da presença luso-brasileira, GEISEL reconheceu os regimes socialistas de MOÇAMBIQUE e ANGOLA. Com auxílio japonês, acelerou a expansão de sua Armada. O plano atual prevê uma projeção naval iraniana para o sul ao longo da costa oriental da ÁFRICA, ao passo que os brasileiros, unidos talvez com o URUGUAI e a ARGENTINA em uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), cobrem a costa ocidental da ÁFRICA, do Cabo da BOA ESPERANÇA até a GUINÉ, onde os soviéticos já dispõem de uma base naval em DACAR. A consolidação da OTAS está sendo retardada pela resistência brasileira à inclusão da REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, ao que são favoráveis os uruguaios e os argentinos. Entretanto, o surgimento da ÁFRICA DO SUL como potência nuclear pode amainar a atitude brasileira, a despeito de seu

desejo de manter relações com MOÇAMBIQUE e ANGOLA. Prevalecerão, provavelmente, o pragmatismo econômico e os imperativos estratégicos.

Para o BRASIL, as rotas marítimas do petróleo e o comércio com o Extremo Oriente fizeram também incrementar seu interesse pela ANTÁRTICA. Em 1975, o BRASIL assinou o Tratado da ANTÁRTICA, que, temporariamente, internacionalizou o Continente Branco, destinando-o a fins pacíficos e científicos. Mas os brasileiros, na crença de que o Tratado era mais uma ação dos EUA e da URSS para monopolizar o Globo, esposaram ainda a tese da defrontação ou dos setores, de THEREZINHA DE CASTRO, a qual daria ao BRASIL pretensões territoriais na ANTÁRTICA. O BRASIL começou a preparar, no REINO UNIDO, uma equipe de exploração ao Pólo Sul.

A ANTÁRTICA não só domina uma rota para o Oceano ÍNDICO e para o ORIENTE MÉDIO, como controla um dos acidentes capitais do PACÍFICO: as vias marítimas que passam pela extremidade meridional da AMÉRICA DO SUL¹⁰

Os brasileiros estão convencidos de que o Oceano PACÍFICO é o oceano do futuro, já que setenta por cento dos recursos inexplorados do globo dispõem-se ao longo da orla da bacia do PACÍFICO, que inclui o Oceano ÍNDICO. As trocas comerciais entre o BRASIL e o JAPÃO vêm aumentando e já atingem oito por cento do comércio exterior brasileiro.

Se o Canal do PANAMÁ cair em mãos hostis ao BRASIL, restam a este apenas duas rotas marítimas para o PACÍFICO. A primeira, pelo Cabo da BOA ESPERANÇA, embora um pouco mais longa (RIO DE JANEIRO—PANAMÁ—YOKOHAMA: 21.427 km; RIO DE JANEIRO—Cabo da BOA ESPERANÇA—YOKOHAMA: 21.533 km) é controlada pelos soviéticos. A segunda, pelo Cabo HORN, é precária. Em face dos riscos dos Cabos da BOA ESPERANÇA e HORN e da atual situação internacional da ANTÁRTICA, o BRASIL terá, provavelmente, de buscar outro acesso ao PACÍFICO e a rota através de CHARCAS é a via mais direta pelo Continente.

O sonho brasileiro de superpotência prevê a criação de uma confederação transcontinental, não por conquistas mas através da hegemonia política e econômica na AMÉRICA DO SUL. Assemelhando seu programa aos desempenhos passados dos ESTADOS UNIDOS e da UNIÃO SOVIÉTICA, ambos orientados do ATLÂNTICO para o PACÍFICO, o BRASIL busca uma passagem transcontinental. A mais viável é a ferrovia SANTOS—ARICA, através da BOLÍVIA e do CHILE.

Desde 1919, o BRASIL vem apoiando a pretensão boliviana de uma saída para o mar. Ao tomar posse em 1974, o Presidente GEISEL ofereceu os bons ofícios do Governo Brasileiro a dois de seus convidados: os Presidentes HUGO BANZER, da BOLÍVIA e AUGUSTO PINOCHET, do CHILE. Meses mais tarde, em junho de 1974, GEISEL e BANZER assinaram a Convenção de COCHABAMBA sobre estudos de viabilidade para construção de uma estrada de ferro de SANTA CRUZ DE LA SIERRA a COCHABAMBA, único trecho inexistente da ferrovia SANTOS—ARICA. A BOLÍVIA e o CHILE tinham também chegado a um acordo, mas a contraproposta peruana fez romper as negociações e o acordo foi abortado no início de 1976.

Todavia, no fim deste ano, o PERU, que até então contestara a liderança brasileira, começava a orientar-se para a órbita deste.

Em outubro de 1976, os Presidentes MORALES BERMUDEZ, do PERU e GEISEL, do BRASIL, reuniram-se no Alto SOLIMÕES e assinaram um acordo comercial a respeito de importação de petróleo e cobre peruanos em troca de produtos manufaturados. O PERU, juntamente com a BOLÍVIA, o EQUADOR e a COLÔMBIA, aderiu ao Pacto Amazônico, que trata do desenvolvimento conjunto daquela bacia. Estas repúblicas do PACÍFICO, todas membros do Pacto Andino, foram levadas ao Pacto Amazônico não só pelo espetacular progresso econômico brasileiro, mas, também, por influência da tecnologia.

A tecnologia pode alterar as relações geopolíticas. Após a 2ª Guerra Mundial, as aeronaves de grande alcance, as armas nucleares e os mísseis balísticos intercontinentais negaram, por algum tempo, a arte da geopolítica. A construção do Canal do PANAMÁ, a Rodovia Transamazônica e a Estrada Perimetral Norte modificaram radicalmente o equilíbrio geopolítico na Bacia Amazônica. Com a abertura do Canal do PANAMÁ, em 1914, as nações do PACÍFICO na AMÉRICA DO SUL espanhola conquistaram uma via aquática direta tanto para o ATLÂNTICO como para as, até então, inacessíveis terras a leste dos ANDES. Entretanto, esta saída atlântica e oriental ficou comprometida quando, em 1974, pelos acordos KISSINGER/TACK, os EUA prometeram entregar o Canal do PANAMÁ ao General OMAR TORRIJOS. O PERU e o EQUADOR ficam, particularmente, afetados por um possível fechamento do canal ou aumento de suas taxas, já que 41 e 51 por cento de seu comércio marítimo passam por aí.

Com sua tradicional rota atlântica em perigo, as repúblicas de língua espanhola do PACÍFICO viram-se obrigadas a voltar-se para a AMAZÔNIA, como uma saída atlântica, onde o sistema fluvial foi reforçado e ampliado pela inovação tecnológica da Rodovia Transamazônica. Esta virada para o BRASIL e para leste afetou ainda mais o já periclitante Grupo Andino e pressagia a atração das nações em torno da Bacia Amazônica para a órbita brasileira. De início, apenas a VENEZUELA se absteve, mas em novembro de 1977, o Presidente CARLOS ANDRÉS PÉREZ aderiu surpreendentemente ao Pacto Amazônico e proclamou seu apoio ao desenvolvimento nuclear brasileiro.

A inesperada iniciativa do Presidente ANDRÉS PÉREZ assinalou o fim de três velhos acertos: 1º — o relacionamento especial entre a VENEZUELA e os EUA; 2º — a tentativa, por parte das nações do Pacto Andino, de criar uma aliança econômica antibrasileira; e, 3º — o eixo ARGENTINA—VENEZUELA.

Geopoliticamente, aquela atitude representa o começo da continentalização da VENEZUELA. Até então, este país esteve inteiramente dentro do âmbito do CARIBE, dominado pelos EUA. Agora, ao buscar a proteção brasileira, orienta-se para o concerto da AMÉRICA DO SUL.

A retirada venezuelana da órbita norte-americana começou com a fundação, em 1960, da Organização dos Países Produtores de Petróleo. No ano seguinte, ela decepcionou-se com a liderança estadunidense na abortada invasão de CUBA,

em Praia GIRÓN. O nacionalismo venezuelano e os petrodólares aceleraram a separação. O colapso da ligação WASHINGTON—CARACAS completou-se com a formação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) em 1974/75, com o reconhecimento diplomático de CUBA em 1975 e com a nacionalização das companhias mineradoras e petrolíferas norte-americanas em 1974 e 1975.

Muitas dessas atitudes venezuelanas de afastamento de WASHINGTON e de aproximação com o Terceiro Mundo iniciaram-se ainda na Presidência de RAFAEL CALDERA (1969/1974). Em fevereiro de 1973, CALDERA visitou seis capitais sul-americanas num esforço de formar uma frente antibrasileira; no ano seguinte, ele levava a VENEZUELA para o Grupo Andino. A união das nações de língua espanhola por CALDERA foi promovida, em parte, pelo crescimento econômico do BRASIL, a construção da Transamazônica, a projetada Perimetral Norte, o estabelecimento de campos de pouso e instalações militares em RORAIMA, o aumento populacional de BOA VISTA e a subsequente penetração para a fronteira da VENEZUELA. O encontro entre os Presidentes CALDERA e MÉDICI, na cidade fronteiriça de SANTA ELENA DE UAIRES, em 1973, pouco serviu para reduzir as tensões. Até a decisão conjunta de pavimentar a rodovia em construção MANAUS—BOA VISTA—SANTA ELENA—EL TIGRE—CARACAS, simplesmente exacerbou os receios venezuelanos.¹²

Entretanto, a pretensão venezuelana de liderar a AMÉRICA espanhola estava fadada ao fracasso. Faltavam os fatores geopolíticos de espaço, posição, população e diretrizes. Ademais, as contradições dentro do Grupo Andino impediram qualquer cooperação permanente entre seus membros. A ligação BUENOS AIRES—CARACAS mostrou-se quimérica. JUAN DOMINGO PERÓN, que em seu primeiro governo (1946/1955), pretendeu uma aliança antibrasileira com a VENEZUELA, faleceu cerca de um ano após sua volta e a coalizão de CALDERA fracassou. O governo subsequente de JORGE VIDELA procurou atrair o PERU e a VENEZUELA para uma aliança contra o BRASIL, mas em 1976 já era tarde.

A VENEZUELA estava cercada pelo norte, leste e oeste por nações cada vez mais castristas — PANAMÁ, JAMAICA e GUIANA — e ligada ao BRASIL por crescentes atividades econômicas e pela Rodovia MANAUS—CARACAS. Tendo que escolher entre os decadentes anglo-americanos (com o castrista CARIBE) e os americanos portugueses, cada vez mais poderosos e mais independentes, ANDRÉS PÉREZ optou pelo futuro e pelo Continente. Com a adesão venezuelana ao Pacto Amazônico, o BRASIL restringiu, em segurança, suas iniciativas na Bacia AMAZÔNICA. Com tempo a seu favor, o BRASIL viu aumentar-lhe o papel centralizador em face do retraimento mundial dos EUA e da próxima perda do Canal do PANAMÁ. Tudo isto levou as nações andinas a voltarem-se para a AMAZÔNIA e o BRASIL, onde já existe uma infra-estrutura para a integração: a Transamazônica e a Perimetral Norte. Com a AMAZÔNIA em segurança, o BRASIL voltou-se para o Rio da PRATA, onde enfrenta seu mais forte rival pela hegemonia continental, a ARGENTINA.

O BRASIL utilizou cinco poderosas armas ao enfrentar a supremacia argentina na Bacia do PRATA: afinidade ideológica, penetração econômica, inovação

tecnológica, superioridade demográfica e diplomacia hidrelétrica. A proclamação de CASTELO BRANCO a respeito das fronteiras filosóficas brasileiras em 1965, combinou-se com a atividade da Esquerda na BOLÍVIA, PARAGUAI e URUGUAI e cooperou para que o BRASIL tivesse acesso a essas nações, antes ligadas à ARGENTINA. Este progresso ideológico foi seguido da expansão econômica que correspondeu, na ARGENTINA, a uma era de confusão e retração (1971/76).

Enquanto a ARGENTINA se voltava para seus problemas internos, o BRASIL procurava preencher o vácuo na Bacia do PRATA. Assim, assinou este uma série de acordos com a BOLÍVIA (COCHABAMBA, em 1974 e BRASÍLIA, em 1977), com o PARAGUAI (ASSUNÇÃO, em 1971, 1973 e 1975) e com o URUGUAI (RIVERA, em 1975), os quais transformaram aqueles ex-protetorados portenhos em parceiros políticos e econômicos do BRASIL. Depois de 1975, aumentou ainda mais a integração, com o surgimento dos corredores de exportação, uma inovação tecnológica.

BUENOS AIRES sempre acreditou no determinismo geográfico. Sua posição de porto na embocadura do complexo fluvial PARAGUAI—PARANÁ parecia assegurar à ARGENTINA o predomínio perene no Rio da PRATA. Ademais, sendo BUENOS AIRES o ponto focal do sistema ferroviário, não só da ARGENTINA mas também do PARAGUAI e da BOLÍVIA, isto parecia garantir a continuação do controle portenho. Mas o delta progrediu, veio a época dos "containers" e dos supnavios e BUENOS AIRES, apesar da extensa dragagem, foi ultrapassada pelos três corredores brasileiros de exportação. São três funis, já em 1930 sugeridos por MÁRIO TRAVASSOS, os quais demandam as águas profundas do ATLÂNTICO, vindo da Bacia do PRATA. A primeira rota parte da Mesopotâmia argentina, passa o URUGUAI e o RIO GRANDE DO SUL até o porto de RIO GRANDE. O segundo corredor liga o CHACO, PARAGUAI, MISSIONES, SANTA CATARINA e PARANÁ ao porto de PARANAGUÁ. Já o terceiro eixo vai da BOLÍVIA para leste através de CORUMBÁ, CAMPO GRANDE e SÃO PAULO até o porto atlântico de SANTOS. Desta forma, a rasa e lodosa BUENOS AIRES fica estagnada. O sistema fluvial foi flanqueado pela infra-estrutura; a geografia dominada pela moderna tecnologia. A BOLÍVIA, o PARAGUAI e o URUGUAI foram atraídos para a órbita brasileira e os luso-brasileiros realizaram seu velho sonho de conquistar uma fronteira natural no Rio da PRATA.¹³

A superioridade geográfica acentuou o progresso ideológico, econômico e tecnológico. Quase dois terços dos 110 milhões de brasileiros vivem no Sul (RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA e PARANÁ), no Sudeste (SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS e ESPÍRITO SANTO) e no Centro-Oeste (CAMPO GRANDE, GOIÁS e MATO GROSSO). Com uma taxa anual de crescimento demográfico de 2,8% (1960/1975), estima-se que, no ano 2000, a população brasileira ultrapasse 200 milhões de habitantes. Pelo menos, 50% dessa população estará concentrada no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, próximos das fronteiras vivas do URUGUAI, da ARGENTINA, do PARAGUAI e da BOLÍVIA. Nenhuma dessas nações tem população e taxa de crescimento demográfico que se comparem às do colosso brasileiro: URUGUAI — 2.700.000 e 0,7%; ARGENTINA — 25 milhões e 1,5%;

PARAGUAI — 2.600.000 e 2,9% e BOLÍVIA — 5.600.000 e 2,6%. O URUGUAI, a ARGENTINA e a BOLÍVIA estão, particularmente, em situação precária, já que a concentração de mais da metade de sua população está bem afastada das fronteiras, em torno da capital e principal porto (URUGUAI e ARGENTINA) e nos ANDES (BOLÍVIA).¹⁵ A-procriação dos americanos portugueses lhes dá preponderância. Eles seguirão seu tradicional método de expansão indireta: infiltração, colonização e integração.

A ARGENTINA, todavia, conseguiu lançar uma contra-ofensiva. Atacou o BRASIL em seu calcanhar-de-aquiles: a energia.

Desde 1973 o BRASIL vem buscando desesperadamente fontes alternativas de energia: atômica e hidrelétrica. Procurando aproveitar ao máximo o potencial do PARANÁ Superior, o BRASIL construiu uma série de barragens que culminaram no acordo com o PARAGUAI para um projeto conjunto em ITAIPU. A ARGENTINA, com seu projeto de Yaciretá e Corpus no Médio PARANÁ, protestou.

Durante o segundo e breve governo de PERÓN (1973/74), melhoraram ligeiramente as relações entre BUENOS AIRES e ASSUNÇÃO. Entretanto, o milagre econômico brasileiro, a atitude agressiva do Ministro do Exterior, ANTÔNIO AZEREDO DA SILVEIRA, para com as queixas argentinas de que ITAIPU punha em risco Corpus, bem como os esforços energéticos brasileiros para que o PARAGUAI mudasse sua frequência elétrica de 50 para 60 ciclos por segundo (o que permitiria integrar os sistemas dos dois países), tudo parecia fadado ao sucesso. Só depois que a Marinha Argentina assumiu a conduta da política externa é que se iniciou um esforço coordenado para salvaguardar o ATLÂNTICO SUL e alterar o equilíbrio na Bacia do PRATA.

A Marinha Argentina, ao contrário do Exército, dispõe de uma doutrina estratégica. Foi elaborada pelo Almirante SEGUNDO STORNI em 1916 e, desde então, tem prevalecido no pensamento naval daquele país. Baseando sua análise em MAHAN, FRIEDRICH, RATZEL, CAMILLE VALLAUX e HERMAN BEYTHIEN, STORNI salientou que, já que a ARGENTINA depende da importação e da exportação, deve manter abertas as rotas marítimas para a EUROPA, a AMÉRICA DO NORTE e a ÁSIA. Assim, as relações argentinas com seus vizinhos irão variar, como veremos:

BRASIL: políticas de paz e paralelas.

1) Porque o BRASIL está a cavaleiro das rotas marítimas para a EUROPA e para a costa leste da AMÉRICA DO NORTE por mais de 3.500 km, do RIO GRANDE DO SUL à Ilha de FERNANDO DE NORONHA.

2) Porque o BRASIL e a ARGENTINA compartilham do complexo fluvial PARANÁ—PARAGUAI, que STORNI considera como mera extensão do ATLÂNTICO.

URUGUAI: situação de Estado associado ou neutro, nunca hostil

1) Porque o URUGUAI compartilha do estuário do PRATA e pode cortar facilmente as rotas marítimas argentinas. O Canal ÍNDIO é particularmente vulnerável.

2) Porque o URUGUAI está próximo de BUENOS AIRES, capital e grande porto.

CHILE: íntimas relações amistosas e chegar a uma confederação

1) Porque o CHILE também participa do Estreito de MAGALHÃES, passagem para o PACÍFICO.

2) Porque o CHILE controla as rotas marítimas, para a ÁSIA Oriental e para a costa oeste das AMÉRICAS.

3) Porque irão aumentar os interesses argentinos no PACÍFICO e é mais fácil e mais econômico chegar aos portos chilenos por ferrovia através dos passos transandinos, do que contornar, por navio, o Cabo HORN.

PERU: amizade

Porque, tal como o CHILE, o PERU está a cavaleiro das vias de comunicação da ARGENTINA com a costa norte-americana do PACÍFICO.

Ilhas FALKLAND: reincorporação à República Argentina

1) Porque, por sua posição, as FALKLAND ameaçam a costa argentina e dominam o Estreito de MAGALHÃES e o Cabo HORN.

2) Em 1916, STORNI previu que o valor comercial e estratégico das ilhas FALKLAND diminuiria, com a abertura do Canal do PANAMÁ (1914). Não obstante, em face do duvidoso futuro controle deste Canal, a partir de 1978 aquelas ilhas voltam a ter o valor estratégico de antes de 1914.¹⁶

STORNI estabeleceu ainda certas diretrizes para o desenvolvimento interno da ARGENTINA, as quais a capacitariam para defender seus interesses nacionais e aproveitar todo seu potencial.

Bases Navais:

1) Uma grande base em SAN CLEMENTE DE TUYÚ, disposta logo ao Sul do ponto mais setentrional do Cabo de SANTO ANTONIO.

2) Uma base secundária em DESEADO, na PATAGÔNIA.

3) Instalações navais em BAHIA BLANCA, PORTO MADRYN no GOLFO NOVO, RIO GALLEGOS e THETIS, na extremidade oriental do Cabo HORN.

Indústria:

Desenvolvimento da indústria de construção e reparação naval, expansão da Marinha Mercante e modernização da frota pesqueira.

Infra-estrutura:

Uma ferrovia partindo de BUENOS AIRES na direção Sul, paralela aos ANDES e percorrendo toda a PATAGÔNIA.¹⁷

No gênio geopolítico de STORNI pode-se vislumbrar algo da OTAS, constatar uma acomodação com o BRASIL e perceber uma possível confederação de

língua espanhola no Cone Sul, a qual contrabalançaria a preponderância dos portugueses americanos no centro da AMÉRICA DO SUL.

Inspirados por STORNI, os altos comandos navais tomaram a iniciativa. O Comandante EMILIO MASSERA e os Ministros do Exterior, CÉSAR GUZZETTI e OSCAR MONTES, percebendo que havia apenas três linhas de ação face ao BRASIL — submissão, acomodação e confrontação — buscaram, simultaneamente, a estabilidade e a OTAS. Tentando arrefecer a questão de ITAIPU, iniciaram, em junho e julho de 1977, contatos diretos com seus correspondentes brasileiros, Almirante GERALDO DE AZEVEDO HENNING, GUALTER MAGALHÃES e o Brigadeiro DÉLIO JARDIM DE MATOS.¹⁸

Para os almirantes argentinos era quase certo contar com uma recepção favorável. Nos fins de 1976, os militares brasileiros já tinham demonstrado disposição de negociar com os argentinos, em virtude de seu desencanto com a pouca determinação norte-americana de enfrentar o desafio comunista e do receio de que o novo Governo CARTER procurasse impedir o acordo nuclear germano-brasileiro e fomentasse o descontentamento interno ao apoiar a Oposição, sob o disfarce dos direitos humanos. A ruptura formal em março de 1977 da aliança brasileiro-norte-americana mais convenceu muitos oficiais superiores de que era desejável a acomodação com a ARGENTINA.¹⁹

O Almirante MASSERA deu curso às iniciativas de meados de 1977 com uma visita ao Presidente ALFREDO STROESSNER, do PARAGUAI, em agosto daquele ano. Em ASSUNÇÃO, os esforços argentinos para manter abertas as opções foram muito bem auxiliados pelo Embaixador NORBERTO SERGIO NOVOA.²⁰

A questão da freqüência era crucial. O PARAGUAI está destinado a ser a capital energética do Continente, o KUWAIT da AMÉRICA DO SUL. O PARAGUAI tem três projetos hidrelétricos conjuntos. ITAIPU, com o BRASIL, irá gerar 12 milhões de kW. Os outros dois, com a ARGENTINA (CORPUS e YACIRETÁ), vão produzir cerca de 3.500.000 kW, respectivamente. Assim, metade do total de 18 milhões e meio de kW estarão ao dispor do PARAGUAI que, com pequena indústria, terá cerca de 9 milhões de kW para exportar. O BRASIL padronizou sua freqüência em 60 ciclos.

A ARGENTINA, o URUGUAI, o CHILE, as áreas urbanas da BOLÍVIA e parte do PERU adotam o sistema de 50 ciclos. Nos meses de setembro e outubro de 1977 cresceram as pressões de BUENOS AIRES e BRASÍLIA sobre ASSUNÇÃO. Em novembro desse ano, a despeito de os relatórios de informação argentinos dizerem o contrário e dos preparativos do Palácio San Martín para punir BRASIL e PARAGUAI com represálias econômicas, ASSUNÇÃO anunciou que conservaria o sistema de 50 ciclos. A momentosa atitude de STROESSNER foi mais motivada pela necessidade de satisfazer o nacionalismo paraguaio do que assinalar um realinhamento com a ARGENTINA.

A aplicação da Doutrina STORNI conseguiu estabilizar temporariamente a Bacia do PRATA. A Marinha Argentina anunciou, então, a próxima construção de um porto de águas profundas em PUNTA MEDANOS, ponta mais meridional do

Cabo de SANTO ANTONIO e próxima do local proposto por STORNI para uma instalação naval em SAN CLEMENTE DE TUYÚ. É um óbvio esforço de recuperar a natural supremacia geográfica no Rio da PRATA e contrabalançar os três corredores brasileiros de exportação.

Seguiu-se a ele um acordo com o PERU para auxiliá-lo na construção de uma usina elétrica nuclear.

Simultaneamente a estes projetos, a ARGENTINA prosseguiu em suas conversações com o Reino Unido visando a ter para si as Ilhas FALKLAND, seja pela compra das ações da Companhia das Ilhas FALKLAND, seja pela anexação direta.

A estas iniciativas, inspiradas por STORNI, provavelmente seguir-se-ão a "détente" e o "rapprochement" com o CHILE.

A controvérsia sobre o Canal de BEAGLE e as conflitantes pretensões na ANTÁRTICA não são questões insolúveis. Ademais, considerando que os interesses a longo prazo da ARGENTINA e do CHILE são convergentes, não se pode excluir a possibilidade de uma união final, como sugeriu STORNI.

Apesar de tudo, mesmo que tenham sucesso todos esses esforços, isto é, parceria com o PARAGUAI, construção de YACIRETÁ e CORPUS, no Médio PARANÁ, construção do porto de MEDANOS e confederação com o CHILE, com tudo isso a ARGENTINA conseguiria, quando muito, complicar as coisas para o BRASIL, nunca abatê-lo.

A dianteira brasileira sobre a ARGENTINA, seja econômica, industrial, tecnológica, viária ou demográfica, é tão grande que não será eliminada. Como assinala no estudo original, "Fatores Geopolíticos na AMÉRICA LATINA", a ARGENTINA provavelmente perdeu a disputa pelo controle do Continente com a Guerra da Tríplice Aliança, em que auxiliou o BRASIL a esmagar o PARAGUAI. Ademais, CHARCAS é ainda a região capital, o eixo das AMÉRICAS.

A partir de 1964, o BRASIL e a BOLÍVIA vêm-se aproximando cada vez mais. Durante o regime esquerdista do Gen. JUAN JOSÉ TORRES (1970/71), cresceu a sensibilidade brasileira para com a localização estratégica de CHARCAS. Aplicando a doutrina das fronteiras ideológicas de CASTELO BRANCO, o ex-Emissário brasileiro HUGO BETHLEM propugnou por uma "ocupação protetora" do "Heartland".²²

Simultaneamente, aflorou no BENI e em SANTA CRUZ o separatismo, mas o cisma boliviano foi evitado com a saída de TORRES.

BANZER assumiu a presidência em agosto de 1971 com as bênçãos brasileiras. Como o socialista SALVADOR ALLENDE ainda dominava o CHILE, o Itamarati, apoiou fortemente a velha aspiração boliviana de uma "salida al mar". Em abril de 1972, em CORUMBÁ, os Presidentes GARRASTAZU MÉDICI e BANZER realizaram conversações sobre o minério de ferro de MUTUM, exportação de gás de SANTA CRUZ e as saídas para o ATLÂNTICO e o PACÍFICO. Todavia, os custos de construção de uma usina siderúrgica para fundir o minério de MUTUM utilizando gás boliviano, bem como a construção do trecho faltante entre SANTA CRUZ DE LA

SIERRA e COCHABAMBA, da ferrovia SANTOS—ARICA, estão além das possibilidades econômicas brasileiras.

Com isso, BANZER virou-se para BUENOS AIRES. Mas o já velho Presidente PERÓN rudemente o rechaçou. Retornando para o BRASIL, BANZER assinou com GEISEL a Convenção de COCHABAMBA em junho de 1974, a qual foi aperfeiçoada em agosto de 1977, quando do encontro dos dois presidentes em BRASÍLIA. Através dos acordos sobre minério de ferro, gás, petróleo, siderúrgicas, rodoferrovias e da contínua emigração de posseiros para o oriente boliviano, o BRASIL avantajou-se, se não ascendeu sobre a ARGENTINA na disputa pelo controle de CHARCAS. Esta vantagem aumenta com a implementação do Pacto Amazônico, o qual por sua vez, foi deflagrado, em parte, pelo iminente colapso do poderio norte-americano na outra grande área estratégica do Continente: o CARIBE.

A retirada estadunidense do Canal do PANAMÁ pressagia o abandono de GUANTANAMO e a independência de PORTO RICO. CUBA castrista, apoiada pelos soviéticos, e o BRASIL, aliado da VENEZUELA, estão preenchendo o vácuo de poder no CARIBE, criado pela redução da presença norte-americana. Embora CASTRO não tenha conseguido subverter a orla do CARIBE durante a década de 1959/1969, ele teve notável sucesso, desde então, na conversão ao socialismo do PANAMÁ, da JAMAICA e da GUIANA.

CUBA comunista, como agente da UNIÃO SOVIÉTICA, aspira ao controle do CARIBE. Tal desafio chamou o BRASIL à arena.

A progressão brasileira para a costa setentrional da AMÉRICA DO SUL é defensiva. Originariamente, os geopolíticos brasileiros consideraram o Mediterrâneo do Novo Mundo na esfera de influência dos ESTADOS UNIDOS. Este conceito foi válido enquanto perdurou a aliança brasileiro-americana e enquanto durou a liderança mundial dos ESTADOS UNIDOS. Perdeu sua validade com o retraimento destes para a Fortaleza América. Em consequência, o BRASIL ampliou o trecho MANAUS—BOA VISTA e, para mais ao norte, a Perimetral Norte até GEORGETOWN, na GUIANA e CARACAS, na VENEZUELA, em apoio à contenção do desafio. A ameaça comunista no CARIBE fez, também, arrefecer o ardor venezuelano pelo emprego do Pacto Andino como uma aliança antibrasileira e levou CARACAS para a AMAZÔNIA e à associação com o BRASIL.

Passados quatorze anos da apresentação original dos "Fatores Geopolíticos na AMÉRICA LATINA", o fechado Mar do CARIBE e a região de CHARCAS ("heartland"), são ainda centros de titânica disputa. Em 1964, "a ocupação soviética de CUBA abalou, mas não abateu a hegemonia ianque no Mediterrâneo do Novo Mundo".²³ O notável aumento do poderio marítimo soviético, a intromissão russa nos quatorze pontos marítimos de estrangulamento, a derrota norte-americana no Sudeste Asiático e a conseqüente diminuição de sua vontade de agir, tudo isto fez com que o controle do CARIBE fosse disputado pela combinação cubano-soviética e pela coalizão brasileiro-venezuelana. Ademais, como previmos em 1964, "os comunistas, já de posse da região capital, o CARIBE, concentram seus esforços na conquista da região-chave da AMÉRICA DO SUL: a BOLÍVIA".²⁴

"Instável, o continente ainda oscila na luta das grandes superpotências pelo pivô".²⁵ Mas a oscilação está diminuindo. Ao inclinar-se a balança para o BRASIL, a ARGENTINA, dentro da Doutrina STORNI, busca a acomodação ao mesmo tempo que tenta a supremacia no Cone Meridional. Estamos assistindo ao findar das condições criadas pelos Tratados de MADRI (1750) e SANTO ILDEFONSO (1777), ambos com os intentos geopolíticos de destinar a Bacia AMAZÔNICA a PORTUGAL e a Bacia do PRATA à ESPANHA. Tal como no século dezoito, quando a ameaça britânica às AMÉRICAS portuguesa e espanhola convenceu as duas coroas a chegarem a um acordo, hoje o perigo soviético leva à cooperação entre ARGENTINA e BRASIL. Em consequência, está surgindo na AMÉRICA DO SUL uma reprodução do mapa de 1911 de OTTO TANNENBERG.

TANNENBERG prognosticou que, por volta do ano 2000, a AMÉRICA DO SUL estaria dividida entre o Império Britânico e a ALEMANHA. LONDRES dominaria o Cone Sul; BERLIM, o centro da AMÉRICA DO SUL, da saliência brasileira ao PACÍFICO peruano. Hoje, aquelas capitais coloniais estão substituídas pelas das nações líderes naturais: BUENOS AIRES e BRASÍLIA. É uma lógica divisão geográfica, étnica, cultural e econômica.

A união da ARGENTINA com o CHILE, como previu STORNI, é mais do que um simples interesse mútuo, bem como a união alfandegária das nações amazônicas — sugerida pelos peruanos já em 1932 — é um grande passo para a cooperação continental.²⁷ Estas duas medidas — união ao sul e mercado comum no centro e ao norte — podem levar a uma confederação continental, o que possibilitaria aos povos hispânicos retomar seu lugar ao sol e desempenhar o papel que lhes cabe nos assuntos mundiais.

TANNENBERG propugnou pela cooperação entre as potências coloniais na submissa AMÉRICA DO SUL. Será que os atuais dirigentes dos destinos do Continente não podem cooperar para a defesa mútua e o progresso de toda a AMÉRICA DO SUL? São decisões diplomáticas, tomadas por homens e não determinadas pela geografia. O ontem foi muito influenciado pelas montanhas, rios e "canyons". Hoje, predominam a tecnologia, a indústria e as finanças. Mas o amanhã está nas mãos, coração e alma dos sul-americanos. O BRASIL já passou de uma posição insular para continental e com uma visão global. A ARGENTINA deve fazer o mesmo. Esta é a hora da decisão.

(Traduzido por JUAREZ DANTON VIANNA DE ABREU GOMES)

BIBLIOGRAFIA

1. Lewis A. Tams, "Geopolitical Factors in Latin America", in Norman A. Bailey, ed. *Latin America: Politics, Economics and Hemispheric Security* (New York: Praeger, 1965), pág. 31-49.
2. Rolf Hinder, "Eine neue Herzland-Theorie", *Zeitschrift für Geopolitik*, 16:39 (Mar.-Abr. 1968), pág. 52-55; Raúl Botelho Gosálvez, *Cultura Boliviana*, 6:33 (Fev. 1969), pág. 4; Juan E. Gugliamelli, "Argentina-Brazil: enfrentamiento o alianza para la liberación", *Estrategia*, 36 (Set.-Out. 1975), pág. 9; Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, 2ª ed. (Rio de Janeiro: José Olympio, 1967), pág. 87-89.

3. Inter-American Development Bank, *Economic and Social Progress in Latin America: 1975 Report* (Washington: IBD, 1976), pág. 169.
4. William Perry, *Contemporary Brazilian Foreign Policy: The International Strategy of an Emerging Power* (Philadelphia: Foreign Policy Research Institutes, 1976), pág. 39; Roger W. Fontaine, *Brazil and the United States* (Washington and Stanford: AEI-Hoover, 1974), pág. 26-28, 43-44, 113-115; Norman Gall, "The Rise of Brazil", *Commentary*, 63:1 (Jan. 1977), pág. 45-55; Peter D. Bell, "Brazilian-American Relations", in Riordan Roett, *Brazil in the Sixties* (Nashville, Vanderbilt University, 1972), pág. 77-104; Ronald M. Schneider, *Brazil, Foreign Policy of a Future World Power* (Colorado: Westview Press, 1977); Jordan M. Young, "Brazil: World Power 2000?" *Intellect* 105:2385 (June 1977), pág. 401-409.
5. Lewis A. Tamba, "Strategy, Sea Power and Survival: The Case for Retaining the Isthmian Canal", testemunho perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, *Congressional Record* 123:163 (11 Out. 1977), págs. 16.972-73. Geoffrey Kemp, "The New Strategic Map", *Survival* (Londres), 19:2 (Mar.-Abr. 1977), págs. 50-59.
6. Carlos Meira Mattos, "A Evolução, Conceito de Poder e Sua Avaliação", *Revista del Colegio Interamericano de Defensa*, 4:1 (junho 1976), págs. 3-6.
7. *Latin American Economy Report*, 29 Out. 1976, pág. 129.
8. Roger W. Fontaine, "The End of a Beautiful Friendship", *Foreign Policy*, (Outono de 1977), págs. 166-174.
9. Carlos de Meira Mattos, *A Geopolítica e as Projeções do Poder* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1977), págs. 115-124; Nelson Freire Lavanère-Wanderley, "Evolução Estratégica Depois da Segunda Guerra Mundial", *A Defesa Nacional*, nº 670 (3º Trimestre 1976), págs. 3-47. *Latin American Economic Report*, 1 jul. 1977, pág. 1; *Ibidem*, 24 Jun. 1977, pág. 94; *Ibid.*, 21 Out. 1977, pág. 178; *Latin America*, 14 Mai. 1976, pág. 151; *Ibid.*, 17 Dez. 1976, pág. 390; *Latin American Political Report*, 14 Out. 1977, pág. 314.
10. Therezinha de Castro, *Rumo à Antártida* (Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1975); Carlos Mastroianni, "Brasil y la Antártida: A Propósito de la Tesis de Therezinha de Castro", *Estratégia* 43/44 (Nov.-Dez. 1976 — Jan.-Fev. 1977), págs. 112-118.
11. Entrevista Ago.-Set. 1977.
12. John D. Martz, "Venezuelan Foreign Policy Toward Latin America", in Robert D. Bond, ed., *Contemporary Venezuela and Its Role in International Affairs* (Nova York, Conselho sobre Relações Estrangeiras, 1977), pág. 163; *Brazil Export 73: Rodovia*, nº 305 (edição especial, 1973), págs. 84-85; *O Estado de São Paulo*, 16 de novembro de 1977, págs. 5-6.
13. Mário Travassos, *Projeção Continental do Brasil*, 3ª ed. (São Paulo, Ed. Nacional, 1936), pág. 99-103; M. Travassos, *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1942) págs. 115, 129-138, 146-147; "Brazilian Export Corridors", *Latin American Economic Report* (8 Mar. 1978), págs. ; Héctor C. Sauret, "Geopolítica en la Mesopotamia Argentina", manuscrito inédito, 64 págs., 1977.
14. Inter-American Development Bank, *Annual Report 1976* (Washington, D. C., IABD, 1977), pág. 86.
15. Thomas E. Weil, *Area Handbook for Argentina* (Washington, D. C., Foreign Area Studies, American University, 1974), págs. 29-58; Thomas E. Weil, *Area Handbook for Bolivia* (Washington, D. C., Foreign Area Studies, American University, 1974), págs. 45-70; Thomas E. Weil, *Area Handbook for Brazil* (Washington, D. C. Foreign Area Studies, American University, 1975), págs. 24-37, 351-352.
16. Segundo R. Stormi, *Intereses Argentinos en el Mar* (Buenos Aires, A. Moen, 1916) págs. 22, 26-28, 68, 92-97.
17. *Ibid.*, págs. 17, 101-105; Juan E. Gugliamelli, "Argentina Insular o Peninsular?" *Estratégia*, 41-42 (maio a agosto de 1976), págs. 5-25.
18. *Latin American Political Report*, 12 de agosto de 1977, pág. 246.

19. Lavenère-Wanderley, "Evolução Estratégica", *A Defesa Nacional* nº 670 (3º Trimestre 1976), págs. 33-44; Carlos de Meira Mattos, "Estratégia Militar Brasileira — Reflexões", *A Defesa Nacional*, nº 673 (3º Trimestre 1977), págs. 5-9; Entrevistas, Ago.-Set. 1977.
20. *Jornal do Brasil*, 14 Ago. 1977, pág. 7.
21. Ruben J. de Hoyos, "The Integrational Point in the La Plata River Basin Hydroelectric Development", doc. apresentado à International Studies Association, Toronto, Canadá, 25 Fev. 1976; Ruben de Hoyos, "La Plata Basin Hydroelectric Development, Juridical Frontiers, Political Frontiers", estudo apresentado na Universidade de Oklahoma-Norman, 25-26 Mar. 1976; Adalberto P. Lucchini, *Geopolítica del Cono Sur: La Cuenca del Plata* (Buenos Aires, Juárez, 1971) págs. 119-218; Jorge Nelson Gualco, "Dos Modelos Opuestos", *La Cuenca del Plata* (Buenos Aires, Tierra Nueva, 1974), págs. 41-53; Juan E. Gugliamelli, memorando inédito sobre Itaipu, agosto de 1977; *Latin American Political Report*, 25 de novembro de 1977, pág. 365.
22. Paulo E. Schilling, *Brasil Va a la Guerra* (Buenos Aires, Schapire, 1974), págs. 72-74; Pablo R. Sanz, *El Espacio Argentino* (Buenos Aires, Pleamar, 1976), págs. 179-200; Miguel Angel Scenna, *Argentina-Brasil* (Buenos Aires, La Bastilla, 1975), págs. 395-406; Bernardo Quagliotti de Bellis, *Uruguay en el Cono Sur* (Buenos Aires, Tierra Nueva, 1976), págs. 140-143.
23. L. A. Tams, "Geopolitical Factors", *Latin America*, pág. 49.
24. *Ibidem*.
25. *Ibidem*.
26. Otto R. Tannenber, *Gross Deutschland: die Arbeit des 20 Jahrhunderts* (Leipzig, B. Volger, 1911).
27. Emilio Romero, *Geografía del Pacífico Sudamericano* (México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1947), pág. 167.

Reprodução Interdita